

**LEI COMPLEMENTAR N.º 370, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002.**

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

**“INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVO GAMA - GO, NA FORMA QUE ESTABELECE.”**

**SÔNIA CHAVES DE F. C. NASCIMENTO**, Prefeita Municipal de Novo Gama - GO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica instituído o Código de Obras e Edificações do Município de Novo Gama - GO, o qual estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos estruturais e funcionais.

**§ 1º.** Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com este Código, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos no Plano Diretor do Município, de conformidade com o § 1º do art. 182 da Constituição Federal.

**§ 2º.** O Município deverá elaborar legislação específica para as edificações localizadas em Áreas de Interesse Social, conforme definição no art. 47 deste Código.

**Art. 2º.** As obras de edificação realizadas no Município serão identificadas de acordo com a seguinte classificação:

- I** - construção: obra de edificação nova, autônoma, sem vínculo funcional com outras edificações porventura existentes nos lotes;
- II** - reforma sem modificação de área construída: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, não modificando sua área, forma ou altura;

**III** - reforma com modificação de área: obra de substituição parcial dos elementos construtivos e/ou estruturais de uma edificação, que altere sua área, forma ou altura, quer por acréscimo ou decréscimo.

**Parágrafo único.** As obras de reforma, modificação e acréscimo deverão atender às disposições deste Código e da legislação mencionada no artigo anterior, resguardando-se o direito das reformas e modificações efetuadas em data anterior à aplicabilidade da presente Lei.

**Art. 3º.** As obras de construção ou reforma com modificação de área construída, de iniciativa pública ou privada, somente poderão ser executadas após concessão de licença pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas neste Código e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

**§ 1º.** Estarão isentas da responsabilidade técnica as edificações de interesse social, com até 70 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional.

**§ 2º.** As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

**Art. 4º.** Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e multifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**Parágrafo único.** A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aqueles destinados à habitação de caráter permanente unifamiliar e multifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento.

**Art. 5º.** Para construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida, a critério do órgão competente do Município, aprovação prévia dos órgãos estadual e municipal de controle ambiental quando da aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação específica.

**Parágrafo único.** Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído, as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação e acústica das edificações e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano.

**Art. 6º.** As definições dos termos técnicos utilizados no presente Código encontram-se no Glossário (constantes do Anexo I), que é parte integrante desta Lei.

**CAPÍTULO II**  
**DIREITOS E RESPONSABILIDADES**  
**SEÇÃO I**  
**DO MUNICÍPIO**

**Art. 7º.** Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura, observando as disposições deste Código e seu Regulamento, bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

**Art. 8º.** O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

**Parágrafo único.** Compete também ao Município fiscalizar a manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras e edificações.

**Art. 9º.** O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação relativa ao Plano Diretor, Posturas, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo e Uso e Ocupação do Solo, pertinentes ao imóvel a ser construído.

**SEÇÃO II**  
**DO PROPRIETÁRIO**

**Art. 10.** O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do município, reconhecimento do direito do proprietário.

**Art. 11.** O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições deste Código e das leis municipais pertinentes.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA APROVAÇÃO DO PROJETO**

**Art. 12.** De acordo com a espécie de obra, os respectivos requerimentos serão apresentados com obediência às normas estabelecidas neste Código.

§ 1º. As pranchas terão as dimensões mínimas de 0,22m x 0,33m (vinte e dois por trinta e três centímetros), podendo ser apresentados em cópias e constarão dos seguintes elementos:

- a) planta baixa de cada pavimento que comportar a construção, determinando o destino de cada compartimento e suas dimensões, inclusive áreas;
- b) a elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública;
- c) os cortes transversal e longitudinal da construção, com as dimensões verticais;
- d) a planta da cobertura com as indicações dos caimentos;
- e) a planta de situação (locação) da construção, indicando sua posição às divisas devidamente cotadas e sua orientação;
- f) a planta e memorial descritivo das instalações de água, telefone e eletricidade.

§ 2º. Para a construção de caráter especializado (cinema, fábrica, hospital, etc.), o memorial descritivo deverá conter especificações de iluminação, ventilação artificial, condicionamento de ar, aparelhagem contra incêndios, além de outras inerentes a cada tipo de construção.

§ 3º. Poderá ser exigida apresentação dos cálculos de resistência e estabilidade, assim como outros detalhes necessários à boa compreensão da obra.

**Art. 13.** As escalas mínimas serão:

- a) de 1:500 para as plantas de situação;
- b) de 1:50 para as plantas baixas e de cobertura;
- c) de 1:100 para as fachadas;
- d) de 1:50 para os cortes;
- e) de 1:25 para os detalhes.

**Parágrafo único.** A escala não dispensará a indicação de cotas.

**Art. 14.** No caso de reformas ou ampliações, deverá seguir-se a convenção:

- a) preto - para as partes existentes;
- b) amarelo - para as partes a serem demolidas;
- c) vermelho - para as partes novas ou acréscimos.

**Art.15.** Quando se tratar de construções destinadas ao fabrico ou manipulação de gêneros alimentícios, frigoríficos ou matadouros, bem como estabelecimentos hospitalares e gêneres, deverá ser ouvido o órgão de saúde do Estado ou Município.

**Art. 16.** Serão apresentados três jogos completos assinalados pelo proprietário, pelo autor do projeto e pelo construtor responsável, dos quais, após visados, um será entregue ao requerente, junto com a licença de construção e conservado na obra a ser sempre apresentado quando solicitado por fiscal de obras ou autoridade competente da Prefeitura Municipal e o outro será arquivado.

**Parágrafo único.** Poderá ser requerida a aprovação do projeto, independentemente de licença de construção, hipótese que as pranchas serão assinadas somente pelo proprietário e pelo autor do projeto.

**Art. 17.** O título de propriedade do terreno, ou equivalente deverá ser anexado ao requerimento.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO**

**Art. 18.** Dependerão obrigatoriamente de licença para construção, as seguintes obras:

- I** - construção de novas edificações;
- II** - reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;
- III** - implantação e utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;
- IV** - avanço de tapume sobre parte do passeio público.

**Art. 19.** Estão isentas de licença para construção as seguintes obras:

**I** - limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;

**II** - conserto nos passeios dos logradouros públicos em geral, respeitando o art. 4º deste Código;

**III** - construção de muros divisórios que não necessitem elementos estruturais de apoio a sua estabilidade;

**IV** - construção de abrigos provisórios para operários ou de depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;

**V** - reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

**Art. 20.** A licença para construção será concedida mediante requerimento dirigido ao órgão competente do Município, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em regulamento.

§ 1º. No caso específico das edificações de interesse social, com até 70 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional, deverá ser encaminhado ao órgão competente um desenho esquemático, representativo da construção, contendo as informações previstas em regulamento.

§ 2º. As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público, quando for o caso.

§ 3º. O prazo máximo para aprovação do projeto é de 30 (trinta) dias a partir da data de entrada no órgão municipal competente.

**Art. 21.** No ato de aprovação do projeto será outorgada a licença para construção, que terá prazo de validade igual a 02 (dois) anos, podendo ser revalidado, mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

§ 1º. Decorrido o prazo inicial de validade do alvará, sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogada a licença.

§ 2º. Se o prazo inicial de validade do alvará se encerrar durante a construção, esta só terá prosseguimento, se o profissional responsável ou o proprietário enviar solicitação de prorrogação por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo de vigência do alvará.

§ 3º. A revalidação da licença mencionada no *caput* deste artigo só será concedida caso os trabalhos de fundação estejam concluídos.

§ 4º. O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas devidamente avaliados por órgão competente.

**Art. 22.** Em caso de paralisação da obra, o responsável deverá informar ao Município esta situação.

§ 1º. Para o caso descrito no *caput* deste artigo, mantém-se o prazo inicial de validade da licença para construção.

§ 2º. A revalidação da licença para construção poderá ser concedida, desde que a obra seja reiniciada pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da licença e estejam concluídos os trabalhos de fundação.

**Art. 23.** É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura após sua aprovação sem o prévio consentimento do Município, especialmente dos elementos geométricos essenciais da construção, sob pena de cancelamento de sua licença.

**Parágrafo único.** A execução de modificações em projetos de arquitetura aprovados com licença ainda em vigor, que envolva partes da construção ou acréscimo de área ou altura construída, somente poderá ser iniciada após sua aprovação.

**Art. 24.** Os documentos previstos em regulamento deverão ser mantidos na obra durante sua construção, e permitir fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

**Art. 25.** O projeto de combate a incêndio deverá obrigatoriamente ser encaminhado ao Corpo de Bombeiros, de acordo com a legislação estadual.

**Parágrafo único.** Quando a edificação for para uso coletivo, o laudo de exigência expedido pelo Corpo de Bombeiros é um documento indispensável para a concessão de licença de construção e o certificado de aprovação para expedição do “Habite-se”.

**Art. 26.** Nenhuma demolição de edificação que afete os elementos estruturais poderá ser efetuada sem comunicação prévia ao órgão competente do Município, que expedirá a licença para demolição, após vistoria.

**§ 1º.** Quando se tratar de demolição de edificação com mais de 8m (oito metros) de altura, deverá o proprietário apresentar profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços, que assinará o requerimento juntamente com o proprietário.

**§ 2º.** A licença para demolição será expedida juntamente com a licença para construção, quando for o caso.

## **CAPÍTULO V DO CERTIFICADO DE MUDANÇA DE USO**

**Art. 27.** Será objeto de pedido de certificado de mudança de uso qualquer alteração quanto à utilização de uma edificação que não implique alteração física do imóvel, desde que verificada a sua conformidade com a legislação referente ao Uso de Ocupação do Solo.

**Parágrafo único.** Deverão ser anexados à solicitação de certificado de mudança de uso os documentos previstos em regulamento.

## **CAPÍTULO VI DO “HABITE-SE”**

**Art. 28.** Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade.

**§ 1º.** É considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- I** - garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- II** - possuir todas as instalações previstas em projeto funcionando a contento;
- III** - for capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- IV** - não estiver em desacordo com as disposições deste Código;
- V** - atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico;
- VI** - tiver garantido a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.

**§ 2º.** Quando se tratar de edificações de interesse social, com até 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), construídas sob o regime de mutirão ou autoconstrução e não pertencentes a nenhum programa habitacional, será considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- I** - garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- II** - não estiver em desacordo com os regulamentos específicos para a Área de Interesse Social a qual pertence a referida edificação;
- III** - atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

**Art. 29.** Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar ao Município o “Habite-se” da edificação, que deverá ser precedido de vistoria pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas em regulamento.

**Art. 30.** A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento, e o “Habite-se” concedido ou recusado dentro de outros 15 (quinze) dias.

**Art. 31.** Será concedido o “Habite-se” parcial de uma edificação nos seguintes casos:

- I** - prédio composto de parte comercial e parte residencial utilizadas de forma independente, será concedido de andar por andar após constatada a conclusão;
- II** - programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de “mutirão”.

**§ 1º.** O “Habite-se” parcial não substitui o “Habite-se” que deve ser concedido ao final da obra.

§ 2º. Para a concessão do “Habite-se” parcial, fica a Prefeitura Municipal sujeita aos prazos e condições estabelecidos no art. 30.

## **CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS**

*Art. 32.* Os projetos de arquitetura para efeito de aprovação e outorga de licença para a construção deverão conter, obrigatoriamente, as informações previstas em regulamento.

*Parágrafo único.* No caso de projetos envolvendo movimento de terra, será exigido corte esquemático com indicação de taludes, arrimos e demais obras de contenção.

## **CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

*Art. 33.* A execução das obras somente poderá ser iniciada depois de concedida a licença para construção.

*Parágrafo único.* São atividades que caracterizam o início de uma construção:

- I - o preparo do terreno;
- II - a abertura de cavas para fundações;
- III - o início de execução de fundações superficiais.

## **SEÇÃO II DO CANTEIRO DE OBRAS**

*Art. 34.* A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão competente do Município, mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal preexistente à instalação do canteiro de obras.

**Art. 35.** É proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a sua utilização como canteiro de obras ou depósitos de entulhos.

**Parágrafo único.** A não retirada dos materiais de construção ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa de remoção, aplicando-se as sanções cabíveis.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS TAPUMES E DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

**Art. 36.** Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção.

**Art. 37.** Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes, salvo quando se tratar da execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

**Parágrafo único.** Os tapumes somente poderão ser colocados após expedição, pelo órgão competente do Município, da licença de construção ou demolição.

**Art. 38.** Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio sendo que, no mínimo, 120cm (cento e vinte centímetros) serão mantidos livres para o fluxo de pedestres.

**Parágrafo único.** O Município, através do órgão competente, poderá autorizar, por prazo determinado, ocupação superior à fixada neste artigo, desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

**Art. 39.** Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

## CAPÍTULO IX

### DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

**Art. 40.** Conforme o tipo de atividade a que se destinam, as edificações classificam-se em:

**I** - residenciais: aquelas que dispuserem de, pelo menos, um dormitório, uma cozinha e um compartimento sanitário, sendo destinadas à habitação de caráter permanente, podendo ser:

- a)** unifamiliar: quando corresponder a uma única unidade habitacional por lote de terreno;
- b)** multifamiliar: quando corresponder a mais de uma unidade, que podem estar agrupadas em sentido horizontal ou vertical, dispendo de áreas e instalações comuns que garantam o seu funcionamento;

**II** - para o trabalho: aquelas destinadas a abrigar os usos comerciais, industriais e de serviços, conforme definição apresentada a seguir:

- a)** comerciais: as destinadas à armazenagem e venda de mercadorias pelo sistema varejo ou atacado;
- b)** industriais: as destinadas à extração, beneficiamento, desdobramento, transformação, manufatura, montagem, manutenção ou guarda de matérias-primas ou mercadorias de origem mineral, vegetal ou animal;
- c)** serviços: as destinadas às atividades de serviços à população e de apoio às atividades comerciais e industriais;

**III** - especiais: aquelas destinadas às atividades de educação, pesquisa e saúde e locais de reunião que desenvolvam atividades de cultura, religião, recreação e lazer;

**IV** - mistas: aquelas que reúnem em uma mesma edificação, ou num conjunto integrado de edificações, duas ou mais categorias de uso.

**Art. 41.** As edificações destinadas ao trabalho deverão também atender às normas técnicas e disposições específicas previstas em regulamento.

**Art. 42.** As edificações destinadas a abrigar atividades industriais que sirvam à manipulação ou depósito de inflamáveis deverão ser implantadas em lugar convenientemente preparado e isoladas das divisas e demais unidades existentes no lote.

**Art. 43.** As edificações classificadas como especiais deverão também atender às normas técnicas e disposições legais específicas previstas em regulamento.

**Art. 44.** As creches deverão apresentar condições técnico-construtivas compatíveis com as características do grupo etário que compõe sua clientela.

**Parágrafo único.** As instalações sanitárias, interruptores de luz, portas, bancadas, elementos construtivos e o mobiliário dos compartimentos de uso por crianças deverão permitir utilização autônoma por essa clientela.

**Art. 45.** As edificações classificadas no *caput* do art. 40 podem estar destinadas a abrigar determinadas atividades por períodos restritos de tempo, sendo, portanto, atividades de caráter temporário.

**Parágrafo único.** As edificações destinadas à atividades de caráter temporário não estão isentas de seguirem os parâmetros mínimos relativos ao conforto, segurança e higiene estabelecidos neste Código, bem como normas específicas segundo a natureza de sua atividade.

**Art. 46.** O uso misto residencial/comércio ou residencial/serviços será permitido somente quando a natureza das atividades comerciais ou de serviços não prejudicar a segurança, o conforto e o bem-estar dos moradores e o seu acesso for independente a partir do logradouro público.

**Art. 47.** As edificações de interesse social são todas aquelas que, por apresentarem características específicas inerentes às demandas da população pobre, necessitarão de regulamentos compatíveis à sua realidade para o controle das atividades edilícias.

**Parágrafo único.** As edificações de interesse social serão sempre parte integrante das Áreas de Interesse Social, que deverão estar definidas em lei municipal específica.

**CAPÍTULO X**  
**DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS EDIFICAÇÕES**  
**SEÇÃO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 48.** Os projetos de construção e reforma de edificações deverão atender aos padrões mínimos de segurança, conforto e salubridade de que trata o presente Código e aplicar os seguintes conceitos básicos que visam racionalizar o uso de energia elétrica nas construções:

- I** - escolha de materiais construtivos adequados às condicionantes externas;
- II** - uso das propriedades de reflexão e absorção das cores empregadas;
- III** - emprego de equipamentos eficientes;
- IV** - correta orientação da construção e de seus vãos de iluminação e ventilação em função das condicionantes locais;
- V** - adoção de iluminação e ventilação natural;
- VI** - dimensionamento dos circuitos elétricos de modo a evitar o desperdício em sua operação.

## **SEÇÃO II**

### **DOS PASSEIOS E DAS VEDAÇÕES**

**Art. 49.** Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificados ou não.

§ 1º. Cabe ao Município estabelecer padrões de projeto para seus passeios de forma a adequá-los às suas condições geoclimáticas e a garantir trânsito, acessibilidade e segurança às pessoas sadias, deficientes ou com mobilidade reduzida, além de durabilidade e fácil manutenção.

§ 2º. O piso do passeio deverá ser de material resistente, antiderrapante e não interrompido por degraus ou mudanças abruptas de nível.

§ 3º. Todos os passeios deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia.

§ 4º. Nos casos de acidentes e obras que afetem a integridade do passeio, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições originais do passeio danificado.

**Art. 50.** São obrigatórias e competem aos seus proprietários a construção, reconstrução e conservação das vedações, sejam elas muros ou cercas, em toda a extensão das testadas dos terrenos não edificados, de modo a impedir o livre acesso do público.

§ 1º. O Município poderá exigir e definir prazo para construção, reparação ou reconstrução das vedações dos terrenos situados em logradouros públicos pavimentados ou adotados de meio-fio.

§ 2º. O Município poderá exigir dos proprietários, a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ao logradouro público, ou quando houver desnível entre os lotes que possam ameaçar a segurança pública.

### **SEÇÃO III**

#### **DO TERRENO E DAS FUNDAÇÕES**

*Art. 51.* Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.

*Parágrafo único.* Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados através de laudos técnicos, pareceres ou atestados que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para sua ocupação.

*Art. 52.* As fundações deverão ser executadas dentro dos limites do terreno, de modo a não prejudicar os imóveis vizinhos e não invadir o leito da via pública.

### **SEÇÃO IV**

#### **DAS ESTRUTURAS, DAS PAREDES E DOS PISOS**

*Art. 53.* Os elementos estruturais, paredes divisórias e pisos devem garantir:

**I** - resistência ao fogo;

**II** - impermeabilidade;

**III** - estabilidade da construção;

**IV** - bom desempenho térmico e acústico das unidades;

**V** - acessibilidade.

*Art. 54.* Os locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos deverão seguir as disposições previstas em regulamento.

## SEÇÃO V DAS COBERTURAS

**Art. 55.** Nas coberturas deverão ser empregados materiais impermeáveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

**Art. 56.** As coberturas não deverão ser fonte importante de carga térmica ou de ruído para as edificações.

**Parágrafo único.** As coberturas de ambientes climatizados devem ser isoladas termicamente.

## SEÇÃO VI DAS FACHADAS E DOS CORPOS EM BALANÇO

**Art. 57.** É livre a composição das fachadas desde que sejam garantidas as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

**Art. 58.** Sobre o alinhamento e os afastamentos serão permitidas as projeções de marquises e beirais, não podendo exceder o limite máximo de 1,20m (hum metro e vinte centímetros).

§ 1º. Os corpos em balanço citados no *caput* deste artigo deverão adaptar-se às condições dos logradouros, quanto à sinalização, posteamento, tráfego de pedestres e veículos, arborização, sombreamento e redes de infra-estrutura, exceto em condições excepcionais e mediante negociação junto ao Município.

§ 2º. As marquises deverão ser construídas utilizando material incombustível.

§ 3º. As águas pluviais coletadas sobre as marquises deverão ser conduzidas por calhas e dutos ao sistema público de drenagem.

§ 4º. Os beirais deverão ser construídos de maneira a não permitirem o lançamento das águas pluviais sobre o terreno adjacente ou o logradouro público.

**Art. 59.** Sobre os afastamentos serão permitidas as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis e elementos decorativos, desde que respeitadas as condições previstas em regulamento.

**Art. 60.** Sobre os afastamentos frontais serão permitidas sacadas e varandas abertas, desde que respeitadas as condições previstas em regulamento.

**Parágrafo único.** As sacadas e varandas abertas citadas no *caput* deste artigo não terão suas áreas computadas como área construída, para fins de aprovação de projeto.

## **SEÇÃO VII DOS PÉS-DIREITOS**

**Art. 61.** Como pé-direito será considerado a medida entre o piso e o teto e dispõe-se o seguinte:

- a) dormitórios, salas, escritórios, copas e cozinhas: mínimo - 2,60m (dois metros e sessenta centímetros), máximo - 3,40 (três metros e quarenta centímetros);
- b) banheiros, corredores e depósitos: mínimo - 2,20m (dois metros e vinte centímetros), máximo - 3,40 (três metros e quarenta centímetros);
- c) lojas: mínimo - 3,20m (três metros e vinte centímetros);
- d) porões: mínimo - 0,50m (cinquenta centímetros) a contar do ponto mais baixo do nível inferior do piso do primeiro pavimento;
- e) porões habitáveis: mínimo - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), quando se tratar de compartimento para permanência de urna é 2,70m, (dois metros e setenta centímetros), quando se tratar de permanência noturna: máximo - 3,40m (três metros e quarenta centímetros);
- f) prédios destinados a uso coletivo, tais como cinema, templos religiosos, auditórios, etc.: mínimo - 6,00m (seis metros);
- g) nas sobrelojas que são pavimentos imediatamente acima das lojas, caracterizadas por pés-direitos reduzidos: mínimo - 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), máximo - 3,00m (três metros) além dos quais passam a ser considerados como pavimentos.

## SEÇÃO VIII DOS COMPARTIMENTOS

**Art. 62.** Conforme o uso a que se destinam, os compartimentos das edificações são classificados em compartimentos de permanência prolongada e compartimentos de permanência transitória.

§ 1º. São considerados de permanência prolongada: salas, cômodos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, ao repouso, ao lazer, ao estudo e ao trabalho.

§ 2º. São considerados de permanência transitória: as circulações, banheiros, lavabos, vestiários, depósitos e todo compartimento de instalações especiais com acesso restrito, em tempo reduzido.

**Art. 63.** Os compartimentos de permanência prolongada e transitória deverão ter pé-direito mínimo, conforme estabelecido em regulamento.

**Art. 64.** Os compartimentos de permanência prolongada, exceto cozinhas, e os de permanência transitória, deverão ter área útil mínima, conforme estabelecido em regulamento.

**Art. 65.** As edificações destinadas à indústria e ao comércio em geral, bem como os corredores e galerias comerciais, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter pé-direito mínimo, conforme estabelecido em regulamento.

**Art. 66.** Os depósitos de edificações que abrigarem atividades industriais, quando permitirem acesso ao público, sujeitar-se-ão às exigências definidas para edificações de atividades comerciais, contidas neste Código.

**Art. 67.** As edificações destinadas a abrigar atividades de prestação de serviços automotivos, além das exigências constantes deste Código, deverão observar as previstas em regulamento.

**Art. 68.** As edificações destinadas a abrigar atividades educacionais deverão dimensionar suas salas de aula de acordo com o previsto em regulamento.

**Art. 69.** As edificações destinadas a abrigar atividades educacionais deverão dispor de local de recreação, coberto e descoberto, atendendo ao disposto em regulamento.

*Art. 70.* As edificações que possuem guichês para venda de ingressos, deverão situá-los de tal forma a não interferir no fluxo de pedestres e de veículos nos logradouros públicos.

*Art. 71.* As lotações máximas dos salões destinados a locais de reunião estarão previstas em regulamento.

*Art. 72.* O cálculo da capacidade das arquibancadas, gerais e outros setores de estádios, estará previsto em regulamento.

## **SEÇÃO IX**

### **DA ILUMINAÇÃO, VENTILAÇÃO E ACÚSTICA DOS COMPARTIMENTOS**

*Art. 73.* Deverão ser explorados o uso de iluminação natural e a renovação natural de ar, sem comprometer o conforto térmico das edificações.

*Art. 74.* Deve ser assegurado nível de iluminação e qualidade acústica suficiente nos compartimentos.

*Art. 75.* Sempre que possível, a renovação de ar deverá ser garantida através do “efeito chaminé” ou através de adoção da ventilação cruzada nos compartimentos, a fim de se evitar zonas mortas de ar confinado.

*Art. 76.* Nos compartimentos de permanência transitória, com exceção dos banheiros, admitir-se-á ventilação indireta ou soluções mecânicas para ventilação, desde que tais sistemas se mantenham desligados quando o compartimento não estiver sendo utilizado.

*Art. 77.* Os compartimentos destinados a abrigar atividades especiais merecerão estudos específicos em função dos volumes diferenciados e do metabolismo do corpo humano relativo à realização de tais atividades.

## **SUBSEÇÃO I**

### **DOS VÃOS E ABERTURAS DE VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO**

*Art. 78.* Todos os compartimentos de permanência prolongada e banheiros deverão dispor de vãos para iluminação e ventilação abrindo para o exterior da construção.

**Parágrafo único.** Os compartimentos mencionados no *caput* deste artigo poderão ser iluminados e ventilados por varandas, terraços e alpendres, desde que respeitadas as condições previstas em regulamento.

**Art. 79.** Os vãos úteis para iluminação e ventilação deverão observar as proporções previstas em regulamento.

**Art. 80.** Não poderá haver aberturas para iluminação e ventilação em paredes levantadas sobre a divisa do terreno ou a menos de 1,50 cm (um metro e cinquenta centímetros) de distância da mesma, salvo no caso de testada de lote.

**Art. 81.** A profundidade máxima permitida aos compartimentos de permanência prolongada das edificações residenciais será em função do alcance da iluminação natural e estará prevista em regulamento.

**Art. 82.** A abertura de vãos para iluminação e ventilação de banheiros e compartimentos de permanência prolongada confrontantes, em edificações diferentes, localizadas num mesmo terreno, deverá seguir as orientações previstas no art. 87 para prismas de ventilação e iluminação.

**Art. 83.** A vedação dos vãos de iluminação e ventilação dos compartimentos de permanência prolongada deverá prever a proteção solar externa e a ventilação necessária à renovação de ar.

**Art. 84.** Em qualquer estabelecimento comercial, os locais destinados ao preparo, manipulação ou depósito de alimentos deverão ter aberturas externas ou sistema de exaustão que garanta a perfeita evacuação dos gases e fumaças, não interferindo de modo negativo na qualidade do ar nem nas unidades vizinhas.

**Art. 85.** As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de produtos químicos deverão ter aberturas de iluminação e ventilação dos compartimentos da linha de produção dotadas de proteção.

**Art. 86.** As aberturas para ventilação das salas de aula das edificações destinadas às atividades de educação estarão previstas em regulamento.

## SUBSEÇÃO II DOS PRISMAS DE VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

**Art. 87.** Será permitida a construção de prismas de ventilação e iluminação (PVI), tanto abertos quanto fechados, desde que a relação de sua altura com seu lado de menor dimensão seja de, no máximo, a prevista pelo estudo da carta solar do Município.

§ 1º. Não serão permitidos PVI's fechados com menos de 04 (quatro) faces.

§ 2º. Serão permitidos PVI's fechados com seção circular desde que a relação entre sua altura e seu diâmetro seja de no máximo a prevista pelo estudo da carta do Município.

§ 3º. Serão também considerados PVI's aqueles que possuírem pelo menos uma de suas faces na divisa do terreno com o lote adjacente.

**Art. 88.** Será permitida a abertura de vãos de iluminação e ventilação de compartimentos de permanência prolongada e transitória para prismas de ventilação e iluminação (PVI), desde que observadas as condições do artigo anterior e as estabelecidas em regulamento.

**Art. 89.** Os prismas fechados de ventilação e iluminação que apresentarem a relação mínima prevista no art. 84, entre a sua menor largura e a sua altura, ou entre o seu diâmetro e a sua altura, deverão ser revestidos internamente em cor clara e visitáveis na base, onde deverá existir abertura que permita a circulação do ar.

**Art. 90.** Recuos em planos de fachadas não posicionadas na divisa do lote não serão considerados prismas de ventilação e iluminação abertos, desde que atendidas as disposições previstas em regulamento.

## SEÇÃO X DOS AFASTAMENTOS

**Art. 91.** Todos os prédios residenciais construídos ou reconstruídos dentro do perímetro urbano deverão obedecer a um afastamento mínimo:

- a) em relação à via pública - 3,00m (três metros);
- b) em relação à parede com janela, o recuo lateral será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

- c) com relação à parede cega, o recuo lateral será de 1,00m (um metro).

**Art. 92.** Os prédios comerciais construídos somente em áreas previamente delimitadas pela municipalidade, que ocuparem a testada do lote, deverão obedecer ao seguinte:

- I - o caimento da cobertura deverá sempre ser no sentido oposto ao passeio ou paralelo a este;  
II - no caso de se fazer passagem lateral, em prédios comerciais, esta nunca será inferior a 1,00m (um metro);  
III - se esta passagem tiver como fim acesso público para o atendimento de mais de três estabelecimentos comerciais, será considerada galeria e obedecerá ao seguinte:
- a) largura mínima - 3,00m (três metros);
  - b) pé-direito mínimo - 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros);
  - c) profundidade máxima, quando tiver apenas uma abertura que obedeça às dimensões da galeria, 25,00m (vinte e cinco metros);
  - d) no caso de haverem duas aberturas nas dimensões mínimas acima citadas e serem em linha reta, a profundidade poderá ser até 50,00m (cinquenta metros).

## **SEÇÃO XI**

### **DOS VÃOS DE PASSAGENS E DAS PORTAS**

**Art. 93.** Os vãos de passagens e portas de uso privativo, à exceção dos banheiros e lavabos, deverão ter vão livre que permita o acesso por pessoas portadoras de deficiências.

**Parágrafo único.** O dimensionamento dos vãos descritos no *caput* deste artigo deverá seguir o disposto em regulamento.

**Art. 94.** As portas dos compartimentos que tiverem instalado aquecedores a gás deverão ser dotadas de elementos em sua parte inferior de forma a garantir a renovação de ar e impedir a acumulação de eventual escapamento de gás.

**Art. 95.** As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de comércio e educação deverão ser dimensionadas conforme orientações previstas em regulamento.

**Art. 96.** As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de indústria deverão, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seguir orientações previstas em regulamento.

**Art. 97.** As portas de acesso das edificações destinadas a locais de reunião deverão atender às disposições previstas em regulamento.

## **SEÇÃO XII DAS CIRCULAÇÕES**

**Art. 98.** Os corredores, escadas e rampas das edificações serão dimensionados de acordo com a seguinte classificação:

**I** - de uso privativo: de uso interno à unidade, sem acesso ao público em geral;

**II** - de uso comum: quando de utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação às unidades privativas;

**III** - de uso coletivo: quando de utilização aberta à distribuição do fluxo de circulação em locais de grande fluxo de pessoas.

### **SUBSEÇÃO I DOS CORREDORES**

**Art. 99.** De acordo com a classificação do artigo anterior, as larguras mínimas permitidas para corredores serão definidas em regulamento.

**Art. 100.** Os corredores que servem às edificações destinadas a abrigar locais de reunião e às salas de aula das edificações destinadas a abrigar atividades de educação e saúde deverão atender às disposições previstas em regulamento.

**Art. 101.** As galerias comerciais e de serviços deverão seguir as orientações previstas em regulamento.

**SUBSEÇÃO II**  
**DAS ESCADAS E RAMPAS**

*Art. 102.* A construção de escadas e rampas de uso comum ou coletivo deverá garantir a acessibilidade por pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, não poderá ter largura inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros) e a sua inclinação atenderá, no mínimo, à relação 1/8 (um oitavo) de altura para comprimento.

*Art. 103.* As entradas e saídas de estádios deverão sempre ser efetuadas através de rampas, quando houver a necessidade de vencer desníveis, e atender às orientações previstas em regulamento.

**SUBSEÇÃO III**  
**DAS ESCADAS E RAMPAS**

*Art. 104.* As escadas deverão obedecer às normas estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 1º. As escadas para uso coletivo terão largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas de material incombustível.

§ 2º. Deverão, sempre que o número de degraus consecutivos for superior a 16 (dezesseis), intercalar um patamar com a extensão mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e com a mesma largura dos degraus.

*Art. 105.* O dimensionamento dos degraus obedecerá aos seguintes índices:

- a) altura máxima - 0,18m (dezoito centímetros);
- b) profundidade mínima - 0,25m (vinte e cinco centímetros).

*Art. 106.* As rampas, para uso coletivo, não poderão ter largura inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros) e a sua inclinação atenderá, no mínimo, à relação de 1/8 (um oitavo) de altura para comprimento.

**SUBSEÇÃO IV**  
**DOS ELEVADORES E DAS ESCADAS ROLANTES**

*Art. 107.* Será obrigatório o uso de elevadores ou escadas rolantes, atendendo a todos os pavimentos, de acordo com o previsto em regulamento.

§ 1º. O uso de elevadores será obrigatório quando a edificação exceder a 03 (três) andares.

§ 2º. A exigência de elevadores não dispensa o uso de escadas ou rampas.

*Art. 108.* Os poços dos elevadores das edificações deverão estar isolados por paredes de alvenaria, conforme orientações previstas em regulamento.

*Art. 109.* O projeto, a instalação e a manutenção dos elevadores e das escadas rolantes serão feitos de modo a garantir a atenuação do ruído de impacto causado às unidades vizinhas, bem como a segurança e o atendimento à demanda de projeto.

*Art. 110.* Além das normas técnicas específicas, os elevadores de edificações para o trabalho e especiais deverão ser adaptados ao uso por pessoas portadoras de deficiências.

§ 1º. No caso de edifícios residenciais multifamiliares, pelo menos um elevador deverá atender às necessidades do *caput* deste artigo.

§ 2º. As instalações de elevadores deverão estar em acordo com as normas em vigor da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**SEÇÃO XIII**  
**DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS,**  
**ELÉTRICAS E DE GÁS**

*Art. 111.* Todas as instalações hidrossanitárias, elétricas e de gás deverão obedecer às orientações dos órgãos responsáveis pela prestação do serviço.

**Art. 112.** As instalações hidrossanitárias deverão obedecer aos seguintes dispositivos específicos, além das disposições previstas em regulamento:

**I** - toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias que atendam ao número de usuários e à função que se destinam;

**II** - é obrigatória a ligação da rede domiciliar à rede geral de água quando esta existir na via pública onde se situa a edificação;

**III** - todas as edificações localizadas nas áreas onde houver sistema de esgotamento sanitário com rede coletora e sem tratamento final, deverão ter seus esgotos conduzidos a sistemas individuais ou coletivos, para somente depois serem conduzidos à rede de esgotamento sanitário existente;

**IV** - todas as edificações localizadas nas áreas onde houver sistema de esgotamento sanitário com rede coletora e com tratamento final, deverão ter seus esgotos conduzidos diretamente à rede de esgotamento sanitário existente;

**V** - é proibida a construção de fossas em logradouro público, exceto quando se tratar de projetos especiais de saneamento, desenvolvidos pelo Município, em áreas especiais de urbanização, conforme legislação específica;

**VI** - toda edificação deverá dispor de reservatório elevado de água potável com tampa e bóia, em local de fácil acesso que permita visita;

**VII** - em sanitários de edificações de uso não privado, deverão ser instalados vasos sanitários e lavatórios adequados aos portadores de deficiência em proporção satisfatória ao número de usuários da edificação;

**VIII** - em sanitários de edificações de uso não privado e com previsão de uso por crianças, deverão ser instalados vasos sanitários e lavatórios adequados a essa clientela em proporção satisfatória ao número de usuários da edificação.

**Art. 113.** As edificações que abrigarem atividades comerciais de consumo de alimentos com permanência prolongada deverão dispor de instalações sanitárias separadas por sexo, localizadas de tal forma que permitam sua utilização pelo público e na proporção prevista em regulamento.

**Art. 114.** Os locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos deverão ter assegurado a incomunicabilidade com os compartimentos sanitários.

**Art. 115.** Os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de chuveiros, na proporção prevista em regulamento.

**Art. 116.** As edificações que abrigarem atividades de prestação de serviços e edificações classificadas como especiais, deverão dispor de instalações sanitárias separadas por sexo e localizadas de tal forma que permitam sua utilização pelo público.

**Art. 117.** As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, terão sanitários separados por sexo e calculados na proporção prevista em regulamento.

**Art. 118.** As edificações de prestação de serviços destinadas à hospedagem, além das exigências constantes deste Código, deverão ter vestiário e instalação sanitária privativos para o pessoal de serviço na proporção prevista em regulamento.

**Art. 119.** As edificações destinadas a abrigar atividades de educação deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e na proporção prevista em regulamento.

**Art. 120.** As edificações destinadas a locais de reunião, além das exigências constantes deste Código, deverão ter instalações sanitárias na proporção prevista em regulamento.

**Art. 121.** As instalações elétricas para fins de iluminação deverão obedecer aos dispositivos específicos previstos em regulamento.

**Art. 122.** Os aparelhos de ar-condicionado deverão estar protegidos da incidência direta de raios solares, sem comprometer a sua ventilação e localizados conforme o previsto em regulamento.

#### **SEÇÃO XIV DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS**

**Art. 123.** São consideradas especiais as instalações de pára-raios, preventiva contra incêndio, iluminação de emergência e espaços ou instalações que venham a atender às especificidades do projeto de edificação em questão.

**Parágrafo único.** Todas as instalações especiais deverão obedecer às orientações dos órgãos competentes, quando couber.

**Art. 124.** O projeto e a instalação de canalização preventiva contra incêndio deverão seguir as orientações previstas em regulamento.

**Art. 125.** Nas edificações em que haja canalização de chuveiros automáticos do tipo “sprinkler”, ou outros sistemas preventivos especiais, será exigida a construção de prisma vertical para passagem de tubulação de incêndio-shaft.

**Art. 126.** O projeto e a instalação da rede preventiva contra incêndio deverão seguir as orientações previstas em regulamento.

**Art. 127.** Os equipamentos geradores de calor de edificações destinadas a obrigar atividades industriais deverão ser dotados de isolamento térmico e atender às orientações previstas em regulamento.

**Art. 128.** As edificações destinadas a abrigar atividades de prestação de serviços automotivos, além das exigências constantes deste Código, deverão observar as previstas em regulamentos.

**Art. 129.** As edificações não residenciais com área construídas superior a 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) deverão possuir equipamento gerenciador de energia.

**Parágrafo único.** Estão isentas de seguirem as disposições previstas no *caput* deste artigo às edificações destinadas à estocagem de produtos, que não demandem refrigeração ou aquecimento do ambiente.

**Art. 130.** Deverão ser previstas em toda unidade de saúde e paramédicos, instalações necessárias à coleta higiênica e eliminação do lixo de natureza séptica e asséptica.

## **SEÇÃO XV DAS ÁGUAS PLUVIAIS**

**Art. 131.** As instalações de drenagem de águas pluviais deverão garantir níveis aceitáveis de funcionalidade, segurança, higiene, conforto, durabilidade e economia.

**Art. 132.** Em observância ao art. 563 do Código Civil e ao art. 5º da Lei nº 6.766/1979, deverá haver reserva de espaço no terreno para passagem de canalização de águas pluviais e esgotos provenientes de lotes situados a montante.

§ 1º. Os terrenos em declive somente poderão extravasar as águas pluviais para os terrenos a jusante, quando não for possível seu encaminhamento para as ruas em que estão situados.

§ 2º. No caso previsto neste artigo, as obras de canalização das águas ficarão a cargo do interessado, devendo o proprietário do terreno a jusante permitir a sua execução.

**Art. 133.** Em observância ao art. 575 do Código Civil e ao art. 105 do Decreto nº 24643/1934, Código de Águas, as edificações construídas sobre linhas divisórias ou no alinhamento do lote deverão ter os equipamentos necessários para não lançarem água sobre o terreno adjacente ou sobre o logradouro público.

**Art. 134.** O escoamento das águas pluviais do terreno para as sarjetas dos logradouros públicos deverá ser feito através de condutores sob os passeios ou canaletas com grade de proteção.

**Art. 135.** Em caso de obra o proprietário do terreno fica responsável pelo controle global das águas superficiais, efeitos de erosão ou infiltração, respondendo pelos danos aos vizinhos, aos logradouros públicos e à comunidade, pelo assoreamento e poluição de bueiros e de galerias.

**Art. 136.** É terminantemente proibida a ligação de coletores de águas pluviais à rede de esgoto sanitário.

## **SEÇÃO XVI**

### **DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS**

**Art. 137.** Os locais para estacionamento ou guarda de veículos obedecem à seguinte classificação:

**I** - privativo: de uso exclusivo e reservado, integrante de edificação residencial;

**II** - coletivo: aberto ao uso da população permanente e flutuante da edificação;

**III** - comercial: utilizado para guarda de veículos com fins lucrativos, podendo estar ou não integrado a uma edificação.

**Art. 138.** Estarão dispensadas da obrigatoriedade de local para estacionamento e guarda dos veículos as edificações previstas em regulamento.

**Art. 139.** É permitido que as vagas de veículos exigidas para as edificações ocupem as áreas liberadas pelos afastamentos laterais, frontais ou de fundos, desde que estejam no mesmo nível de piso dos compartimentos de permanência prolongada das edificações de uso multifamiliar.

**Art. 140.** A área mínima por vaga deverá seguir o disposto em regulamento.

**Parágrafo único.** Os casos onde haja previsão de estacionamento para caminhões, caminhonetes, ônibus, tratores e veículos de maior porte, serão objeto de legislação específica.

**Art. 141.** O número mínimo de vagas para veículos obedecerá ao quantitativo estabelecido no Anexo II, além das disposições em regulamento.

§ 1º. Os casos não especificados por este artigo obedecerão à legislação municipal de Uso e Ocupação do Solo e ao Plano Diretor.

§ 2º. Para efeitos dos cálculos referidos neste artigo, será considerada área útil aquela efetivamente utilizada pelo público, ficando excluídos depósitos, cozinhas, circulação de serviços e similares.

**Art. 142.** Os estacionamentos existentes anteriormente à edição deste Código não poderão ser submetidos a reformas, acréscimos ou modificações, sem que sejam obedecidas as exigências previstas no mesmo.

## **SEÇÃO XVII DA HABITAÇÃO MÍNIMA**

**Art. 143.** A habitação mínima é composta de uma sala, um dormitório e um compartimento de instalação sanitária.

**Art. 144.** As salas terão área mínima de 12,00m<sup>2</sup> (doze metros quadrados).

**Art. 145.** Se a habitação dispuser de apenas um dormitório, este terá, obrigatoriamente, a área mínima de 12,00m<sup>2</sup> (doze metros quadrados). Havendo mais de um, a área mínima será de 9,00m<sup>2</sup> (nove metros quadrados).

**Art. 146.** As cozinhas terão a área mínima de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

§ 1º. Se as copas estiverem unidas às cozinhas, por meio de vão, sem fechamento, a área mínima dos dois compartimentos em conjunto deverá ser de 8,00m (oito metros).

§ 2º. As cozinhas não podem ter comunicação direta com dormitórios ou com instalações sanitárias.

## **SEÇÃO XVIII**

### **DOS POSTOS DE SERVIÇOS E DE ABASTECIMENTOS DE VEÍCULOS**

**Art. 147.** Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que forem aplicáveis por esta Lei, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

**Art. 148.** A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em box isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas separadas das galerias, antes de serem lançadas na rede geral.

**Art. 149.** Os postos de serviço e de abastecimento de veículos deverão possuir compartimento para uso dos empregados e instalações sanitárias com chuveiros.

**Art. 150.** Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários separadas das de empregados.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 151.** A fiscalização das obras será exercida pelo Município através de servidores autorizados.

**Parágrafo único.** O servidor responsável pela fiscalização, antes de iniciar qualquer procedimento, deverá identificar-se perante o proprietário da obra, responsável técnico ou seus prepostos.

## **SEÇÃO II DAS INFRAÇÕES**

**Art. 152.** Constitui infração toda ação ou omissão que contraria as disposições deste Código ou de outras leis ou atos baixados pelo governo municipal no exercício regular do seu poder de polícia.

§ 1º. Dará motivo à lavratura de auto de infração, qualquer violação das normas deste Código que for levada a conhecimento de qualquer autoridade municipal, por qualquer servidor ou pessoa física que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º. A comunicação mencionada no parágrafo anterior deverá ser feita por escrito, devidamente assinada e contendo o nome, a profissão e o endereço de seu autor.

§ 3º. Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a veracidade da infração e poderá, conforme couber, notificar preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivar a comunicação.

### **SUBSEÇÃO I DO AUTO DE INFRAÇÃO**

**Art. 153.** Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica, contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos deste Código.

**Art. 154.** O Auto de Infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as informações previstas em regulamento.

**Parágrafo único.** As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

**Art. 155.** A notificação da infração deverá ser feita pessoalmente, podendo ser também por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 1º. A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem tampouco, a aceitação dos seus termos.

§ 2º. A recusa da assinatura no auto por parte do infrator, não agravará a pena, nem tampouco, impedirá a tramitação normal do processo.

## **SUBSEÇÃO II DA DEFESA DO AUTUADO**

*Art. 145.* O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

§ 1º. A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária.

§ 2º. A apresentação de defesa ou prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

*Art. 156.* Na ausência de defesa ou sendo esta julgada improcedente, serão impostas as penalidades pelo órgão competente do Município.

## **SEÇÃO III DAS PENALIDADES**

*Art. 158.* As infrações aos dispositivos deste Código serão sancionadas com as seguintes penalidades:

**I** - multa;

**II** - embargo de obra;

**III** - interdição de edificação ou dependência;

**IV** - demolição.

§ 1º. A imposição das penalidades não se sujeita à ordem em que estão relacionadas neste artigo.

§ 2º. A aplicação de uma das penalidades previstas neste artigo não prejudica a aplicação de outra, se cabível.

§ 3º. A aplicação de penalidade de qualquer natureza não exonera o infrator do cumprimento da obrigação a que esteja sujeito, nos termos deste Código.

**Art. 159.** Pelas infrações às disposições deste Código serão aplicadas ao responsável técnico ou ao proprietário, as penalidades previstas no Anexo III.

### **SUBSEÇÃO I DAS MULTAS**

**Art. 160.** Imposta a multa, o infrator será notificado para que se proceda ao pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. A aplicação da multa poderá ter lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração.

§ 2º. A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa.

§ 3º. Os infratores que estiverem em débito relativo a multas no Município, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração municipal.

§ 4º. As reincidências terão o valor da multa multiplicada progressivamente de acordo com o número de vezes que for verificada a infração.

**Art. 161.** As multas previstas neste Código serão calculadas com base na **UFM (Unidade Fiscal do Município)**, de acordo com o Anexo IV.

**Parágrafo único.** A graduação das multas far-se-á tendo em vista:

**I** - a maior ou menor gravidade da infração;

**II** - suas circunstâncias;

**III** - antecedentes do infrator.

## **SUBSEÇÃO II DO EMBARGO DA OBRA**

**Art. 162.** As obras em andamento, sejam elas de forma, construção ou demolição, serão embargadas tão logo seja verificada a infração que autorize esta penalidade, conforme Anexo III.

§ 1º. A verificação da infração será feita mediante vistoria realizada pelo órgão competente do Município, que emitirá notificação ao responsável pela obra e fixará o prazo para sua regularização sob pena do embargo.

§ 2º. Feito o embargo e lavrado o respectivo auto, o responsável pela obra poderá apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, e só após o processo será julgado pela autoridade competente para aplicação das penalidades correspondentes.

§ 3º. O embargo só será suspenso quando forem eliminadas as causas que o determinaram.

## **SUBSEÇÃO III DA INTERDIÇÃO**

**Art. 163.** Uma obra concluída, seja ela de reforma ou construção, deverá ser interditada tão logo verificada a infração que autoriza esta penalidade, conforme o quadro do Anexo III.

§ 1º. Tratando-se de edificação habitada ou com qualquer outro uso, o órgão competente do Município deverá notificar os ocupantes da irregularidade a ser corrigida e, se necessário, interditará sua utilização, através do auto de interdição.

§ 2º. O Município, através do órgão competente, deverá promover a desocupação compulsória da edificação, se houver insegurança manifesta, com risco de vida ou de saúde para os moradores ou trabalhadores.

§ 3º. A interdição só será suspensa quando forem eliminadas as causas que a determinaram.

#### SUBSEÇÃO IV DA DEMOLIÇÃO

**Art. 164.** A demolição de uma obra, seja ela de reforma ou construção, ocorrerá quando verificada a infração que autorize esta penalidade, conforme o quadro do Anexo III.

**Parágrafo único.** A demolição será imediata se for julgado risco eminente de caráter público.

**Art. 165.** Quando a obra estiver licenciada, a demolição dependerá da anulação, cassação ou revogação da licença para construção feita pelo órgão competente do Município.

**Parágrafo único.** O procedimento descrito no caput deste artigo depende da prévia notificação ao responsável pela obra, ao qual será dada oportunidade de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, e só após o procedimento será julgado para comprovação da justa causa para eliminação da obra.

**Art. 166.** Deverá ser executada a demolição imediata de toda obra clandestina, mediante ordem sumária do órgão competente do Município.

**§ 1º.** Entende-se como obra clandestina toda aquela que não possuir licença para construção.

**§ 2º.** A demolição poderá não ser imposta para situação descrita no *caput* deste artigo, desde que a obra, embora clandestina, atende às exigências deste Código e que se providencie a regularização formal da documentação com o pagamento das devidas multas.

**Art. 167.** É passível de demolição toda obra ou edificação que, pela deterioração natural do tempo, se apresentar ruínosa ou insegura para sua normal destinação, oferecendo risco aos seus ocupantes ou à coletividade.

**Parágrafo único.** Mediante vistoria, o órgão competente do Município emitirá notificação ao responsável pela obra ou aos ocupantes da edificação, e fixará prazo para início e conclusão das reparações necessárias, sob pena de demolição.

**Art. 168.** Não sendo atendida a intimação para demolição, em qualquer caso descrito nesta Seção, esta poderá ser efetuada pelo órgão competente do Município, correndo por conta do proprietário as despesas dela decorrentes.

**CAPÍTULO XII**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

*Art. 169.* O Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância das disposições deste Código.

*Art. 170.* Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

*Art. 171.* Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVO GAMA, Estado de Goiás, aos 24**  
dias do mês de setembro de 2002.

**SONIA CHAVES DE F. C. NASCIMENTO**  
**Prefeita Municipal**

## ANEXO I

### ART. 6º - LEI COMPLEMENTAR N.º370, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002.

#### GLOSSÁRIO

**Afastamento**

Menor distância, estabelecida pelo Município, entre uma edificação e as divisas do lote onde se situa.

**Alinhamento**

Linha divisória entre o terreno de propriedade particular e o logradouro público.

**Altimetria**

Parte da topografia que determina as distâncias verticais de pontos do terreno, através de aparelhos apropriados.

**Alvenaria**

Processo construtivo que utiliza blocos de concreto, tijolos ou pedras, rejuntadas ou não com argamassa.

**Antecâmara**

Pequeno compartimento complementar que antecede um outro maior.

**Arrimo**

Escora, apoio. V. *muro de arrimo*.

**Auto de interdição**

Ato administrativo através do qual o agente da fiscalização municipal autua o infrator impedindo a prática de atos jurídicos ou toma defesa à feitura de qualquer ação.

**Caixa (escada enclausurada)**

Espaço fechado de um edifício onde se desenvolve a escada.

**Carga térmica**

Carga de calor adquirido ou perdido no interior de uma edificação.

**Cobertura**

Elemento de coroamento da edificação destinado a proteger as demais partes componentes, geralmente composto por um sistema de vigamento e telhado.

**Código Civil**

Grupo de normas relativas ao Direito Civil que regula as relações do cidadão na sociedade em que convive.

**Código de Águas**

Instrumento de normas relativas às águas públicas e privadas.

**Consolidação das Leis de Trabalho**

Reunião de todas as leis referentes ao trabalho.

**Duto de ventilação**

Espaço vertical no interior da edificação destinado somente à ventilação da antecâmara da escada ou rampa enclausurada.

**Edifício garagem**

Aquele que, dotado de rampas ou elevadores, se destina, exclusivamente, a estacionamento de veículos.

**Embargo**

Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

**Empena**

Qualquer fachada lateral da edificação, principalmente aquela construída sobre as divisas do terreno, e que não apresente aberturas destinadas à iluminação e ventilação.

**Escada enclausurada**

Escada de segurança à prova de fumaça, que permite o escape de emergência em caso de incêndio.

**Esquadrias**

Peças que fazem o fecho dos vãos, como portas, janelas, venezianas, caixilhos, portões etc. e seus complementos.

**Fachada**

Face de um edifício voltada para um logradouro público ou espaço aberto, especialmente a sua face principal.

**Filtro anaeróbio**

Dispositivo de tratamento de águas servidas que trabalha em condições anaeróbicas, com o desenvolvimento de colônias de agentes biológicos ativos que digerem a carga orgânica dos efluentes vindo das fossas sépticas.

**Fossa séptica**

Tanque de concreto ou de alvenaria revestida em que se depositam as águas do esgoto e onde as matérias sofrem o processo de mineralização.

**Fundação**

Parte da construção, geralmente abaixo do nível do terreno, que transmite ao solo as cargas da edificação.

**Galeria comercial**

Conjunto de lojas individualizadas ou não, num mesmo edifício, servido por uma circulação horizontal com ventilação permanente, dimensionada de forma a permitir o acesso e a ventilação de lojas e serviços a ela dependentes.

**Gerenciador de energia**

Equipamento eletrônico capaz de controlar automaticamente cargas e dispositivos elétricos de uma edificação. Para efeito deste Código, considera-se com esta denominação o equipamento capaz de gerenciar no mínimo 64 pontos de controle da edificação.

**“Grade”**

Linha reguladora de uma via, composta de uma seqüência de retas com declividades permitidas, traçadas sobre o perfil longitudinal do terreno.

**Habite-se**

Documento expedido pelo Município, autorizado a ocupação de edificação nova ou reforma.

**Infração**

Designa o fato que viole ou infrinja disposição de lei, regulamento ou ordem de autoridade pública, onde há imposição de pena.

**Interdição**

Impedimento, por ato de autoridade municipal competente, de ingresso em obra ou ocupação de edificação concluída.

**Logradouro público**

Denominação genérica de qualquer rua, avenida, alameda, travessa, praça, largo etc., de uso comum do povo.

**Lote**

A parcela de terreno com, pelo menos, um acesso à via destinada à circulação, geralmente resultante de loteamento ou desmembramento.

**Meio-fio**

Bloco de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento do logradouro.

**Muro de arrimo**

Muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,00 m.

**Nivelamento**

Determinação de cotas de altitude de linha traçada no terreno.

**Passeio**

Parte do logradouro público destinada ao trânsito de pedestres.

**Patamar**

Piso situado entre dois laços sucessivos de uma mesma escada.

**Pavimento**

Parte da edificação compreendida entre dois pisos sucessivos.

**Pé direito**

Distância vertical medida entre o piso acabado e a parte inferior do teto de um compartimento, *ou do forro falso* se houver.

**Petição**

Exprime a formulação escrita de pedido, fundada no direito da pessoa, feita perante o juiz competente, autoridades administrativas ou perante o poder público.

**Plano Diretor**

Instrumento que compreende as normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo.

**Porta corta-fogo**

Conjunto de folha de porta, marco e acessórios, dotada de marca de conformidade da ABNT, que impede ou retarda a propagação do fogo, calor e gases de combustão de um ambiente para outro e resiste ao fogo, sem sofrer colapso, por um tempo mínimo estabelecido.

**Prisma de ventilação e iluminação**

Área interna não edificada destinada a ventilar e/ou iluminar compartimentos de edificações.

**Rampa enclausurada**

Rampa de segurança, à prova de fumaça, que permite o escape de emergência em caso de incêndio.

**Sumidouro**

Poço destinado a receber despejos líquidos domiciliares, especialmente os extravasados das

fossas sépticas, para serem infiltrados em solo absorvente.

**Talude**

Inclinação de um terreno ou de uma superfície sólida desviada angularmente em relação ao plano vertical que contém o seu pé.

**Tapume**

Vedação provisória usada durante a construção.

**Testada**

Linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

**Via pública**

O mesmo que *logradouro público*.

## ANEXO II

### ART. 141 - LEI COMPLEMENTAR N.º 370, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002.

<b>uso privativo</b>	01 (uma) vaga por unidade
<b>uso coletivo</b>	
a) supermercados, centros comerciais, churrascarias e similares	01 (uma) vaga a cada 50,00m <sup>2</sup> de área útil, com número mínimo de 05 (cinco) vagas
b) hospitais, clínicas e similares	01 (uma) vaga para cada 100,00m <sup>2</sup> de área útil
c) hotéis, albergues e similares	01 (uma) vaga a cada 03 (três) unidades
d) motéis	01 (uma) vaga por unidade (quarto)
e) escolas	03 (três) vagas para cada sala de aula 02 (duas) vagas para cada sala administrativa

### ANEXO III

**ART. 159, 162, 163 e 164 - LEI COMPLEMENTAR N.º 370, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002.**

INFRAÇÃO	MULTA AO PROP.	MULTA AO RESP. TÉCN.	EM- BAR- GO	INTER- DIÇÃO	DEMO- LIÇÃO
Omissão, no projeto, da existência de cursos de água, topografia acidentada ou elementos de altimetria relevantes;		⊙	⊙		
Início de obra sem responsável técnico, segundo as prescrições deste Código;	⊙		⊙		
Ocupação de edificação sem o “Habite-se”;	⊙			⊙	
Execução de obra sem a licença exigida;	⊙	⊙	⊙		⊙
Ausência do projeto aprovado e demais documentos exigidos por este Código, no local da obra;	⊙	⊙	⊙		
Execução de obra em desacordo com o projeto aprovado e/ou alteração dos elementos geométricos essenciais;	⊙	⊙	⊙		⊙
Construção ou instalação executada de maneira a pôr em risco a estabilidade da obra ou a segurança desta, do pessoal empregado ou da coletividade;	⊙	⊙	⊙		⊙
Inobservância das prescrições deste Código sobre equipamentos de segurança e proteção;	⊙	⊙	⊙		
Inobservância do alinhamento e nivelamento;		⊙	⊙		⊙
Colocação de materiais no passeio ou via pública;	⊙	⊙			
Imperícia, com prejuízos ao interesse público, devidamente apurada, na execução da obra ou instalações;		⊙	⊙		
Danos causados à coletividade ou ao interesse público provocados pela má conservação de fachada, marquises ou corpos em balanço;	⊙			⊙	
Inobservância das prescrições deste Código quanto à mudança de responsável técnico;	⊙	⊙			
Utilização da edificação para fim diverso do declarado no projeto de arquitetura;	⊙			⊙	
Não atendimento à intimação para construção, reparação ou reconstrução de vedações e passeios.	⊙				

## ANEXO IV

### ART. 161 - LEI COMPLEMENTAR N.º 370, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002.

INFRAÇÃO	UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO
Omissão, no projeto, da existência de cursos de água, topografia acidentada ou elementos de altimetria relevantes;	02
Início de obra sem responsável técnico, segundo as prescrições deste Código;	02
Ocupação de edificação sem o “Habite-se”;	03
Execução de obra sem a licença exigida;	03
Ausência do projeto aprovado e demais documentos exigidos por este Código, no local da obra;	01
Execução de obra em desacordo com o projeto aprovado e/ou alteração dos elementos geométricos essenciais;	02
Construção ou instalação executada de maneira a pôr em risco a estabilidade da obra ou a segurança desta, do pessoal empregado ou da coletividade;	04
Inobservância das prescrições deste Código sobre equipamentos de segurança e proteção;	03
Inobservância do alinhamento e nivelamento;	05
Colocação de materiais no passeio ou via pública;	01
Imperícia, com prejuízos ao interesse público, devidamente apurada, na execução da obra ou instalações;	10
Danos causados à coletividade ou ao interesse público provocados pela má conservação de fachada, marquises ou corpos em balanço;	05
Inobservância das prescrições deste Código quanto à mudança de responsável técnico;	02
Utilização da edificação para fim diverso do declarado no projeto de arquitetura;	05
Não atendimento à intimação para construção, reparação ou reconstrução de vedações e passeios.	06

**Obs.:** Além da multa, as exigências deverão ser atendidas no prazo fixado pela fiscalização.